



**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR AMBIENTAL E SUAS
CONTRIBUIÇÕES AMPARADAS PELA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

***THE ROLE OF THE LIBRARIAN AS AN ENVIRONMENTAL EDUCATOR AND THEIR
CONTRIBUTIONS SUPPORTED BY MEANINGFUL LEARNING***

 Mariana Paranhos de Oliveira¹
Sabrina Silveira da Rosa²

 Maria do Rocio Fontoura Teixeira³

¹ Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade São Luís. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Químicas da vida e saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Servidora técnico-administrativa em educação na UFRGS.

E-mail:

marianaparanhosdeoliveira@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Químicas da vida e saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.


E-mail: ssrosa2001@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora aposentada do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia da UFRGS. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

E-mail: maria.teixeira@ufrgs.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 25/02/2021.

Aceito em: 15/04/2021.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Mariana Paranhos de; ROSA, Sabrina Silveira da; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. O papel do bibliotecário como educador ambiental e suas contribuições amparadas pela aprendizagem significativa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 71-90, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6iespecial.2021.62701.71-90>.

RESUMO

Diante da realidade ambiental em que se vive é necessário que haja a colaboração de diversos profissionais para a garantia de um ambiente saudável, para esta e as próximas gerações. As bibliotecas, espaços de preservação do patrimônio e indissociáveis da educação, são vitais para desenvolvimento social e da preservação ambiental das sociedades onde operam. Nesse contexto, o bibliotecário tem ampliado seus espaços de atuação para além das tradicionais atividades atinentes à biblioteca e, tem se destacado. Pois, é por meio da mediação, junto aos usuários na busca pela informação, valorizando o que eles já sabem que a Aprendizagem Significativa ocorre. Nessa linha,

propõe-se uma reflexão sobre as bibliotecas enquanto espaços de aprendizagem, a partir de revisão bibliográfica, discutindo a contribuição do bibliotecário como educador para a Educação Ambiental. Esse estudo possibilitou concluir que o bibliotecário não só pode operar neste contexto como possui as atribuições para atuar em projetos de educação ambiental. Seu papel deve ampliar-se, para além da atuação como intermediário do processo informacional, para assumir o espaço que lhe cabe como interagente, tanto com o produtor da informação quanto com quem dela faz uso.

Palavras-chave: Bibliotecário. Educação Ambiental. Aprendizagem Significativa. Educação não-formal.

ABSTRACT

Libraries, heritage preservation spaces and inseparable from education, are vital for social development and the environmental preservation of the societies in which they are located. Being non-formal learning space, they stand out, because it is through the mediation with the users in the search for information that meaningful learning occurs. Following that line of thought, it is proposed to reflect on libraries as learning spaces, based on a bibliographic review and discusses the contribution of the librarian to Environmental Education as an educator. Therefore, the librarian must collaborate so that the conscious environmental information is assimilated by the users to investigate their ecological practices.

Keywords: Library. Meaningful learning. Non-formal education.

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações atuais, com o futuro da humanidade, é em relação às questões ambientais. Mudanças climáticas, poluição e recursos naturais estão sendo cada vez mais citados e discutidos. Como o bibliotecário é considerado um dos profissionais que dissemina a informação, acredita-se que ele não pode ficar de fora dessas discussões.

A Educação Ambiental (EA) vem sendo discutida em todos os âmbitos da sociedade e é de interesse de todos. Desse modo, consideramos urgente a necessidade de se adotar mudanças no comportamento humano para superarmos os problemas ambientais. Por esta razão, o debate sobre Educação Ambiental se insere no atual contexto, buscando construir uma visão crítica na sociedade e de forma mais objetiva, desenvolver nas pessoas, conhecimentos, habilidades e atitudes para a preservação do meio ambiente

Este trabalho traz uma discussão acerca das questões que permeiam a Educação Ambiental nos Espaços de Educação Não Formal. A constante preocupação da sociedade contemporânea em estabelecer um compromisso com o espaço que habita, palco da relação entre o homem e o meio ambiente, e a crise atual ambiental exigem profundas

mudanças, o que vem desafiando a sociedade a encontrar novos rumos para a melhoria do presente e a construção do futuro.

Partindo desse contexto, relaciona-se o trabalho do bibliotecário com o meio ambiente, mostrando que a Biblioteconomia é uma área de conhecimento que deve interligar-se à Educação Ambiental, visto que é através do conhecimento do problema que se poderá pensar medidas que minimizem essas situações e favoreçam a criação de um pensamento voltado para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Por conseguinte, o profissional estará contribuindo para gerar pensamentos críticos, alcançar comportamentos ecologicamente corretos, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, onde particularmente atua.

A educação tradicional, dentro dos muros das escolas e das universidades, tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um sujeito consciente na sociedade. Quando o assunto vai ao encontro de questões ambientais, percebe-se que a consciência ambiental é de grande importância e, no entanto, nem sempre é despertada nas escolas. Logo, surge a reflexão: de que adianta adquirirmos conhecimento se não respeitamos a natureza, se esquecemos que o homem é parte integrante dela, que tudo à sua volta se compõe de recursos naturais e que sem eles não existiria vida?

Os bibliotecários, como cidadãos e profissionais, também devem atuar nessa área, ajudando, da melhor forma possível, a disseminar a informação ambiental, criando estratégias, redes, projetos e outras ações para conscientizar as pessoas e diminuir o impacto negativo do ser humano no meio ambiente.

Neste contexto, esta pesquisa tem por objetivo discutir a contribuição do bibliotecário para a EA, mostrando a sua importância como educador, levando conhecimento teórico e ações práticas para as pessoas, com o intuito de que tenham ações ecologicamente corretas e como potencializador do ato educativo em prol de sujeitos mais responsáveis com o meio ambiente, bem como com a tomada de consciência que possa demonstrar mudanças de atitudes cotidianas e que reflitam a problemática ambiental.

A pesquisa propõe-se a identificar as ações que estão sendo desenvolvidas na área de Biblioteconomia, relacionadas à Educação Ambiental, apontando trabalhos e projetos que possam incentivar a conscientização ambiental. Sabe-se da existência de bibliotecas que promovem projetos de Educação Ambiental e trabalham com essas ações. É importante identificá-las para analisar a pertinência dessas ideias, comparando a teoria com a prática. Ainda para alcançar esses objetivos, considera-se necessário discutir o

perfil do Bibliotecário, levando-se em consideração suas atividades de trabalho e as habilidades necessárias para que este profissional atue como educador.

Cabe esclarecer que a escolha do tema se justifica, em primeiro lugar, pela experiência de trabalho das autoras na Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa, que se localiza no município de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul (RS), uma escola do campo. Essa experiência proporcionou, além do próprio processo de despertar da consciência ambiental, o interesse em difundi-la. Em segundo lugar, por sua relevância social, educacional e científica, pois contribui para favorecer a Educação em Ciências e preservação ambiental, apoiado na utilização da biblioteca, como local e meio transformador positivo de atitudes sustentáveis e ecológicas. E, por fim, as análises realizadas pela pesquisa pretendem trazer para a biblioteca, subsídios a fim de promover novas e diversas ações em prol da leitura sobre educação ambiental.

Em relação à metodologia, a fim de saber o que já existe publicado na literatura sobre o assunto, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves e para subsidiar o referencial teórico, foi feito um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados da área de Biblioteconomia, no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na “Scientific Electronic Library Online” (SciELO) e no Google Acadêmico. Os termos usados na busca foram: “aprendizagem significativa”, “espaço não formal de educação”, “educação ambiental” e “bibliotecário educador”. Por meio desses bancos digitais, foram recuperados mais de 80 artigos, entre eles damos destaque para: “O papel social do bibliotecário”, “Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências”, “A educação ambiental nas práticas de ensino em ciências da natureza: espaços escolares e não escolares do/no campo”, “O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação”, “O ato de aprender e o sujeito que aprende” e “Educação em solos: princípios, teoria e métodos”.

Com relação às escolhas metodológicas, essa pesquisa será de natureza básica, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, o estudo será exploratório, pois segundo Mattar (2014), esse tipo de investigação auxilia a compreender o problema enfrentado pelo pesquisador, sendo utilizada para defini-lo de forma mais precisa, identificando os cursos relevantes de ação, e descritivo, visto que este terá por objetivo realizar um potencial formativo do bibliotecário e seu papel como educador ambiental.

2 APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A aprendizagem é um processo que ocorre por meio da interação entre as estruturas cognitivas do indivíduo e o meio ambiente que o cerca. É um processo de evolução do comportamento humano obtido através da experiência gerada por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais, podendo ser positivo ou negativo. Porém, é necessário ter em mente que a aprendizagem, mesmo sendo a forma do ser humano reagir as situações e as vivências que essas geram, não é um processo simples e fácil. O ato de aprender é complexo, e conforme Pereira (2010) exige um estudo que ultrapassa as raias da cognição, se encaminha para o afetivo/emocional, mergulha no social, se expande através do cultural, nos deixando perplexos frente a tal diversidade e à característica única que possui cada sujeito. Revalidando o apresentado, Piaget (1990) afirmou que a aprendizagem:

É uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, na medida em que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziriam a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio. (PIAGET,1990, p. 12).

Seguindo nesta linha, Ausubel (1980), afirmou que a aprendizagem consiste em organizar e integrar os elementos presentes na estrutura cognitiva. Moreira (1999) explica que essa estrutura é

[...] entendida como o conteúdo total de ideias de um certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimentos, e o complexo resultante dos processos cognitivos, ou seja, dos processos por meio dos quais se adquire e utiliza o conhecimento. (MOREIRA, 1999, p. 122).

Segundo a Teoria de Ausubel, essa aprendizagem pode ser dada de duas formas: aprendizagem mecânica ou aprendizagem significativa. A Aprendizagem Mecânica, é definida como sendo a aprendizagem de novas informações com pouca ou nenhuma interação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva. Nesse caso, a nova informação é armazenada de maneira arbitrária sem se ligar a conceitos anteriores específicos. Ou seja, a nova informação não interage com a informação preexistente na estrutura cognitiva, o que não gera aglutinação de ideias e nem conhecimentos mais elaborados.

Para Moreira (2016), a Aprendizagem Mecânica (ou automática) é aquela na qual o sujeito memoriza novos conhecimentos como se fossem informações que podem não lhe significar nada, mas que podem ser reproduzidas a curto prazo e aplicadas automaticamente a situações conhecidas. Logo, não é difícil concluir que a retenção é baixa e o aluno não compreende o porquê do seu aprender.

Já na Aprendizagem Significativa, o fator isolado que mais influencia na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. É um processo por meio do qual uma nova informação se relaciona com um aspecto especificamente relevante da estrutura cognitiva do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chamou de subsunçor. Esses têm a possibilidade de serem bem desenvolvidos e abrangentes ou pouco desenvolvidos e limitados, dependendo da frequência com que ocorre a aprendizagem significativa em conjunção com um dado subsunçor.

Logo, entende-se que os conceitos existentes atuam como ancoradouros para as novas informações, visto que essas são aprendidas e retidas conforme os conceitos novos e relevantes estejam elucidados completamente na estrutura cognitiva do educando. Ou seja, nessa forma de aprendizagem, preza-se pelo aprendizado prazeroso e eficaz, pois há grande interação entre aquilo que o educando conhece e o que vem a conhecer, incorporando esse aglutinado de conhecimento à estrutura cognitiva. A retenção de saberes no cérebro humano é organizada, criando uma hierarquia conceitual, na qual elementos mais específicos de conhecimento são integrados a conceitos mais gerais e inclusivos. É importante ressaltar que não há uma relação hierárquica de valores entre os conceitos preexistentes e os novos, pois, após a integração dos dois conhecimentos eles se modificam, amparados nessa ancoragem.

Porém, é necessário destacar que a Aprendizagem Mecânica não é totalmente ignorável, pois é uma relevante base conceitual para a Aprendizagem Significativa e, até mesmo Ausubel não estabelece a distinção entre as duas modalidades de aprendizagem como sendo uma dicotomia e, sim como um contínuo. Logo, entende-se que, quando a área de conhecimento é nova para o educando, a forma de aprender mecânica se faz necessária. À vista disso, a aprendizagem é mecânica até um certo momento, no qual alguns elementos do conhecimento, relevantes a essa nova informação, existam na estrutura cognitiva e possam servir de subsunçores, ainda que pouco elaborados. Segundo Almeida

(2007), na medida em que a aprendizagem começa a ser significativa, esses subsunçores vão se tornando, cada vez mais, elaborados e mais capazes de ancorar novas informações.

Após entender melhor quais são as formas de aprendizagem existentes nesse campo, utilizamos a aprendizagem significativa para efetivar a interação do bibliotecário com a educação ambiental. Sabendo que a prática educativa deve ser crítica, libertadora, conscientizadora, científica, ética e, acima de tudo, humanista (VALE; COUTO, 2003), a realidade dos educandos é o ponto de partida a ser investigado e discutido, detalhadamente, para permitir uma maior percepção de seus aspectos e o desenvolvimento de uma nova visão, que promova a análise crítica e possibilite a intervenção com potencial de transformação dessa realidade.

Sendo assim, no caso da pesquisa, os subsunçores da aprendizagem serão as vivências das pessoas da comunidade em questão e, o que é possível fazer para mudar sua percepção sobre a preservação do meio ambiente e o que está ao seu alcance para intervir em prol de uma população consciente e educada ambientalmente.

No processo educativo proporcionado pelo bibliotecário, na biblioteca, a ideia é resgatar e valorizar todos os conhecimentos que os educandos têm como bagagem de vida em um ambiente no qual a autoestima seja favorecida. Ou seja, torna-se necessário levar o saber científico para dentro da biblioteca, fazendo uma relação associativa entre esse saber e o sentimento de pertencimento que aqueles usuários têm com o local onde vivem. Essas relações de pertencimento do local são essenciais na busca por soluções que possam minimizar os efeitos catastróficos da falta de preservação ambiental.

3 ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

No livro “A importância do ato de ler”, Freire conta que cresceu em uma casa “rodeada de árvores” e que, algumas delas, “era como se fossem gente” (FREIRE, 1989, p. 9), tal a intimidade que tinham com ele. Diz que brincava à sombra das árvores “e em seus galhos mais dóceis” (FREIRE, 1989, p. 9), a sua altura, ele experimentava riscos menores que o preparavam para riscos e aventuras maiores. Conta que os “textos”, as “palavras” e as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros, na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos; nas águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Segundo ele, os “textos”, as “palavras” e as “letras” daquele contexto se encarnavam também no

assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores - das rosas, dos jasmims - no corpo das árvores, na casca dos frutos (FREIRE, 1989).

Ele aprendeu a ler e a escrever com sua mãe, à sombra das mangueiras existentes nesse quintal, utilizando gravetos que encontrava no chão. Com isso, pode-se observar que o meio ambiente que o cercava era o seu local de aprendizado e que o diálogo com a natureza era muito forte.

Logo, percebe-se que os hábitos, costumes, comportamentos e valores de uma sociedade necessitam da educação como meio de transferência para as futuras gerações, de acordo com a evolução da coletividade. Conforme Gohn (1999), a educação pode ser dividida em três diferentes formas: educação formal desenvolvida nas escolas; educação informal, transmitida pelos pais, no convívio com amigos, ou seja, aquela que decorre de processos naturais e espontâneos; e educação não formal, que ocorre quando existe a intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos fora da instituição escolar.

No que se refere aos espaços educativos escolares e não escolares, o Ministério da Educação (ANO) corrobora afirmando que a educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais, dentro das escolas; a não formal corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino; enquanto a informal ou incidental é aquela que ocorre ao longo da vida. Sendo assim, é possível observar que a educação existe, também, onde não há a escola e, por toda parte, pode haver redes e estruturas sociais de transferência do saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino escolar (BRANDÃO, 2002). Ou seja, o trabalho pedagógico não se reduz apenas ao trabalho docente nas escolas, é um compromisso colaborativo de todos os envolvidos no processo educacional, como é o caso dos bibliotecários.

As propostas da educação nos espaços não escolares começaram a ampliar-se a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente, no começo dos anos 1960 e 1970. Trilla (2008), aponta diversos fatores que geraram essas novas necessidades educativas não escolares, como: o aumento da demanda de educação devido a inclusão de setores sociais antes fora dos sistemas formais; modificações no mundo do trabalho; alterações na instituição familiar; uso de diversas tecnologias e meios de comunicação de massa. Todas estas mudanças no cenário social e educacional geraram a necessidade de

se criar outros espaços/tempos para se educar além da escola, já que esta, sozinha não dá conta de atender as demandas da sociedade.

No caso da pesquisa em questão, o espaço de educação é uma biblioteca, considerada um espaço não-formal de educação. Logo, pode ser definida como o local que proporciona, de maneira complementar, a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, pois as atividades desenvolvidas ocorrem de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p. 21).

É possível traçar explicações bem definidas para elucidar a biblioteca como um ambiente não formal de educação. Segundo Gohn (2006), na educação não formal o educador é “o outro”, com quem se interage ou se integra - no caso o bibliotecário. O local, espaço ou território onde se educa, assume-se como outra das questões fundamentais nesta distinção, pois acompanha as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, seja em locais informais, seja em locais onde existem processos interativos intencionais – a biblioteca. O contexto ou situação educativa se constrói em ambientes de ação construídos coletivamente – os projetos, as iniciativas, as palestras, os jogos só fazem sentido e geram experiências válidas para a aprendizagem, principalmente para a aprendizagem significativa, se forem desenvolvidos em conjunto de forma colaborativa - e a participação, regra geral, é voluntária – ou seja, nenhum usuário, seja ele criança, adolescente ou adulto, será obrigado a participar das atividades, estão eles estão lá de livre e espontânea vontade – como é o caso dos usuários/educandos.

Importante ressaltar, também, que na modalidade de educação em espaços não formais, como a biblioteca, é necessário ter a total intencionalidade da ação educativa, da participação, de aprender, de transmitir ou trocar saberes. Logo, entende-se que há um propósito real de capacitar os envolvidos para uma relação positiva com o mundo e com o meio ambiente em que vive, tornando-os cidadãos. Porém, nesse tipo de educação, mesmo que haja esse objetivo inicial, as vivências e ensinamentos se constroem na interação, na troca de saberes - bem característicos da aprendizagem significativa -, voltados para os interesses e partindo das necessidades das pessoas que participam das atividades.

Logo, entende-se que a educação formal tem início a partir do momento da entrada da criança na escola e finaliza com a obtenção do título universitário. Baseia-se no cumprimento de um programa, tem objetivos pedagógicos específicos e métodos de avaliação determinados. Por outro lado, na educação não formal, os saberes não são

organizados por níveis, idades ou conteúdos e pode atuar sobre aspectos subjetivos de um grupo – como no caso dessa pesquisa, a consciência ambiental e a preservação do meio ambiente.

4 O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os impactos ambientais no Brasil decorrentes das ações do homem existem desde o período colonial e persistem até hoje. O modelo de sobrevivência adotado pela sociedade moderna caminha em direção oposta à sustentabilidade, por meio do aumento da população e da crescente urbanização que têm agravado a saúde do planeta com a redução das áreas verdes, a poluição do ar, a subutilização do solo e os impactos causados no ciclo hidrológico e na qualidade das águas. Ou seja, a relação do homem com a natureza nas sociedades modernas ocorre a partir da concepção da natureza como dádiva: a natureza é provedora e se encontra disponível para o usufruto da humanidade.

Porém, quando se fala sobre meio ambiente e Educação Ambiental, é importante ter em mente que essa preocupação é relativamente nova. Até a década de 1950, praticamente, não havia muitas preocupações sociais em relação a influência das ações do homem no meio ambiente. Numa perspectiva histórica, a relação com a natureza, baseada nessa concepção vivida até então, promoveu a degradação dos recursos naturais em uma escala suportável. Porém, desde a Revolução Industrial, marco do desenvolvimento tecnológico humano, a atividade de uso, intervenção e transformação do homem para com a natureza é cada vez maior e mais predatória.

Para Leff (2001), a crise ambiental se tornou evidente nos anos 60, “refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico”.

Conforme Carvalho (2006), só em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram surgindo os primeiros movimentos ecológicos onde o homem passou a ser considerado peça-chave do processo de degradação e, da mesma maneira, conservação ambiental.

Já em 1975, na Iugoslávia, por meio da “Carta de Belgrado”, buscou-se um compromisso global para a educação ambiental. Foi elaborada ao final do encontro realizado em Belgrado, promovido pela UNESCO, tornando-se um marco conceitual no

tratamento das questões ambientais. Capra (2005), por sua vez, destaca que o conceito de sustentabilidade adquiriu, a partir da década de 80, grande importância no movimento ecológico.

O Fórum Global, evento não governamental, que ocorreu em paralelo com o Rio-92, conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, trouxe à tona o grave problema da escassez dos recursos naturais e elaborou o Tratado de Educação Ambiental que definiu as bases da formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Com a natureza pedindo socorro, a necessidade de estudos e pesquisas relacionadas com o meio ambiente, seu uso e preservação foram aumentando e, com o passar do tempo, surgiram novos conceitos e categorizações além de muitas informações sobre a realidade ambiental.

Essa realidade ambiental é objeto de estudo da EA e, segundo Lisboa e Kindel (2012), educar ambientalmente significa, além da apropriação de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, a aquisição de visões de mundo que possibilitem o respeito a todas as formas de vida e o entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas pelos elementos naturais e socioculturais que se entrelaçam. Corroborando com os autores, Leff (2008) afirma que formar cidadão crítico voltado a transformar a realidade a ele imposta, é, antes de tudo, resgatar valores esquecidos no mundo capitalista, do imediatismo e da maximização do lucro.

Para Freire, não há diálogo sem que cada um exercite, além da fala, a escuta atenta, a reflexão sobre o ponto de vista daqueles/as com quem dialoga, sem que seus participantes estejam dispostos a refletir sobre o que escutam, a observar a realidade sob diferentes pontos de vista e a transformar suas próprias compreensões. Ou seja, não há diálogo se os/as envolvidos/as não estiverem dispostos/as a construir, juntos/as, outros olhares sobre o tema em questão. Nesse sentido, “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem ela não há verdadeira educação” (FREIRE, 2003, p. 82).

À vista disso, a Educação Ambiental veio para estimular a reflexão sobre a importante integração entre o ser humano e o meio ambiente, pois o ser humano é parte integrante da natureza, e não algo à parte. Nesse contexto, utilizar temas sociais relevantes e, principalmente, o cotidiano do educando no momento de construir o conhecimento científico possibilita uma maior efetivação do conhecimento, bem como a abordagem interdisciplinar, a contextualização dos conteúdos programáticos e a

participação mais efetiva dos educandos, que se reconhecem nas atividades e desenvolvem um sentimento de pertencimento às situações de aprendizado.

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania se refere a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada em uma nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. Para Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

Conforme a carta de Belgrado (1975, s.p.), os principais objetivos da educação ambiental são:

a) Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como em todo e quanto aos problemas relacionados com ele; b) Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto as influências do ser humano e de suas atividades; c) Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais; d) Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012) reconhecem e destacam o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental – fato que se torna cada vez mais visível diante dos atuais contextos nacional e mundial, nos quais a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

Assim, a ED é uma dimensão da educação escolar. É atividade intencional da prática em sociedade, e deve imprimir ao desenvolvimento particular um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, tendo-se em vista potencializar essa atividade humana, com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

A escola tem um papel fundamental na formação dos cidadãos. A EA quando iniciada desde os primeiros anos escolares, pode ser o início de uma nova geração que tenha consciência crítica sobre os problemas locais. As práticas associadas a projetos de Educação Ambiental, são fundamentais na formação de cidadãos para que percebam e

reflitam sobre problemas locais que afetam suas realidades, considerando os descaminhos das águas e a paisagem urbana.

Para isso, faz-se necessária a implementação de metodologias mais eficazes sobre a EA. É preciso pensar que o conteúdo deve ser construído de forma clara e objetiva, com o foco na informação e no desenvolvimento crítico e sustentável dos educandos, tendo em vista que a EA precisa despertar no educando o desejo de preservar o ambiente em que vive e conservar os seres vivos, não apenas porque eles são úteis para o ser humano, mas por terem direito à vida tanto quanto nós temos.

Uma vez que a escola pode ser disseminadora da EA, que além de constar no Projeto Político Pedagógico da instituição, é necessário a presença de educadores e extensionistas preparados para ensinar, de forma interdisciplinar, e que as tradições místicas, filosóficas, religiosas, artísticas e saberes populares façam parte dessa aprendizagem. É nesse momento que entra o bibliotecário no papel de educador e mediador do conhecimento em seus variados níveis, devendo estar atento à necessidade de cooperação e interação constante com os usuários.

5 O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR AMBIENTAL

Diversas áreas do conhecimento possuem grande preocupação com a preservação do meio ambiente, cada vez mais destacada nas mídias, em função das consequências alarmantes das atividades antropogênicas no planeta, o que reflete naturalmente nos profissionais dessas áreas. Com o bibliotecário isso não é diferente. Pelo contrário, é mais evidente, pois esse profissional trabalha como disseminador da informação, criador de estratégias, redes, projetos e outras ações conscientizadoras e é, por consequência, um formador de opinião. Sendo assim, conforme Martins e Cipolat (2006), deve fornecer informações, com o intuito de alcançar um comportamento ecologicamente correto, gerando pensamentos críticos e atitudes conscientes com relação ao ecossistema.

De acordo com Silva e Cunha (2016), os primeiros livros que chegaram ao Brasil vieram com os jesuítas. As obras serviam de instrumentos que auxiliavam na catequese dos índios, assistência religiosa, ensino e educação dos colonos. Logo, percebe-se que o livro, a biblioteca e o papel do bibliotecário, desde tempos remotos, fizeram parte do processo de ensino e aprendizagem.

Também, na visão de Dudziak, Gabriel e Villela (2000), o bibliotecário é um “[...] agente multiplicador de ideias”. Nessa mesma direção, Martucci (1983) acredita que os bibliotecários devem ser agentes de transformação cultural, pois, além dos conhecimentos técnicos da sua área, devem ter conhecimentos da realidade social, política e educacional, proporcionando uma atuação comprometida na área em que atua.

Sendo a EA uma dimensão da educação, o bibliotecário tem a responsabilidade de se atentar a ela, uma educação ambiental que se desafia a fomentar “[...] processos continuados, de forma a possibilitar o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente”. (CZAPSKI, 2008, p. 1). Educação Ambiental que convida e motiva para a ação, potência de ação, participação dialógica comunitária e identitária na direção da realização dos projetos de vida, de felicidade e de futuro.

De acordo com Vieira (1986), a atuação do bibliotecário, nesse processo, se dá por meio de duas vertentes. A primeira por meio do serviço de informação especializada, que consiste em disponibilizar aos usuários a informação ambiental sistematizada e atualizada, informação que “[...] trataria dados factuais, documentos e Informação Interdisciplinar, visando apoiar grupos e organizações envolvidos com a proteção e o gerenciamento ambientais (ambiente físico, social e humano) [...]” (VIEIRA, 1986, p. 202).

Segundo Vieira (1986), a informação ambiental tem como princípio a igualdade de direitos dos cidadãos de diferentes classes sociais, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população. Amorim (2004) define a informação ambiental como “um tipo de informação científica e tecnológica que contribui para a preservação de ambientes naturais e dos ambientes construídos pelo homem, e é imprescindível para que a crise ambiental atual seja superada com sucesso”. Assim, é através da informação ambiental que o bibliotecário “[...] tem espaço para atuar politicamente, na formação de uma consciência crítica da população e, assim, influenciar na política do país e na defesa da sobrevivência do próprio Planeta.” (VIEIRA, 1986, p. 205).

A educação ambiental se mostra como uma das estratégias a serem usadas pelo bibliotecário para a disseminação da informação ambiental, bem como na formação de consciência ambiental. Para a aplicação de tais estratégias, pode-se utilizar do serviço de resposta técnica, uma rede de informações para apoiar variados tipos de organizações. Este serviço busca promover o acesso rápido, simples e eficaz nas soluções aos problemas

apresentados em áreas específicas, além de difundir o conhecimento acumulado para desenvolvimento daquele que faz uso deste serviço (USP, 2009). Santos (1997) destaca como habilidades inerentes ao serviço de resposta técnica, dois enfoques, o de atendimento e o de resposta. Para o serviço de atendimento podem ser elencadas habilidades tais como a elaboração de diagnóstico, capacidade para identificação de problemas, capacidade de análise, capacidade de síntese, espírito investigador, facilidade de comunicação, percepção apurada e gostar de atender. Para o elaborador da resposta técnica destacam-se as habilidades de conhecimento de fontes de informação, abrangendo fontes primárias, secundárias e terciárias; capacitação em metodologia de recuperação da informação; espírito investigador; capacidade de síntese; gosto pela leitura; entre outros.

A segunda vertente defendida por Vieira (1986, p. 202) “[...] é a mobilização da população em favor da causa ecológica”. Em que se configura como a mais ampla, pois possibilita um espaço de atuação inumerável ao bibliotecário, cabendo ao mesmo conhecimento, interesse e criatividade, para que seja possível a promoção da educação ambiental. “O bibliotecário, enquanto profissional da informação, desempenha um papel de suma importância, agindo como formador de opinião e como agente conscientizador.” (MARTINS; CIPOLAT, 2006, p. 183).

Outra responsabilidade inerente do bibliotecário como educador é com a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade onde se localiza a biblioteca. Para isso, ele precisa realizar um estudo de usuário em relação a população local, que consiste em uma maior interação entre o profissional e os usuários/educandos a fim de conhecer as demandas e de planejar serviços e produtos a serem desenvolvidos pela biblioteca. Só assim será possível descobrir quais são as suas reais demandas. Sendo assim, Cardoso (2010), afirma que os bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares e públicas são os que possuem um maior potencial para trabalhar com a Educação Ambiental, pois convivem com crianças e jovens que serão os futuros responsáveis pela preservação do meio ambiente e os difusores dessas ações e informações, melhorando, assim, o “status” ambiental da região onde vivem.

Bicheri e Almeida Júnior (2013) reforçam o papel do bibliotecário como um agente importante na produção de projetos pedagógicos, em colaboração com demais agentes da comunidade. A ampliação do papel educativo da biblioteca exige, portanto, a colaboração constante entre bibliotecários, professores e demais educadores (CAMPELLO, 2009).

No caso do bibliotecário como educador ambiental, a capacidade criativa pode se tornar grande aliada no momento no qual a necessidade de inovar para aproximar o público se torna iminente. Porém, o importante mesmo é que as atividades de educação ambiental tenham as características afirmadas na conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, ou seja, um caráter dinâmico integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, contextualizador e principalmente permanente.

Deste modo, diversas são as formas do bibliotecário desenvolver o papel de educador ambiental dentro e fora da biblioteca. De acordo com Muggler, Pinto Sobrinho e Machado (2006), geralmente, são usados como caminhos a observação, a manipulação de objetos, o questionamento e a consideração da solução disposta pelo educando como base do diálogo, assim como as conversas informais, os jogos, a convivência coletiva, horas do conto para as crianças e, principalmente, a construção de projetos.

Quanto aos diálogos e conversas informais, Paulo Freire (1993) coloca o educador, chamado de “animador de debates”, como coordenador e problematizador das discussões para que as ideias, opiniões e os relatos surjam no grupo. Isso, porque o ato de educar objetiva a conscientização e a autonomia do educando, mas o mesmo deve ser observado e provocado dentro de sua realidade.

Sobre a construção de projetos, estes não são, nem apresentam um formato fechado, que possa ser simplesmente reproduzido. Tudo dependerá da situação da comunidade envolvida, sendo resultado da construção do grupo que o idealiza. Contudo, dois elementos são indispensáveis à elaboração e desenvolvimento de qualquer projeto: o tema-problema e a problematização do tema.

Outra forma de usar a biblioteca como espaço transformador em prol do meio ambiente é a elaboração de materiais didáticos – muitas vezes produzidos pelos próprios alunos/usuários - que possam ser distribuídos, com a intenção de disseminar a informação obtida nas fontes bibliográficas existentes na biblioteca.

O bibliotecário pode, também, criar mecanismos que permitam a visitação de escolas à Universidades, museus de ciências e palestras gratuitas sobre o tema estudado. Por meio de programas de extensão, oportunamente fechados com universidades, é possível a capacitação de professores e elaboração de materiais didáticos.

As fontes de informação bibliográficas que o bibliotecário pode e deve apresentar para os alunos/usuários são uma colaboração importante e essencial, porém são muito mais teóricas do que práticas. Sabendo que aprender com a prática é muito eficaz, os

bibliotecários podem promover, para estudantes e comunidade, oficinas e minicursos sobre os mais diversos temas que englobam o pensamento crítico e o saber fazer sobre consciência ambiental e preservação da natureza. No caso de bibliotecas do campo, podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental, como cursos para agricultores e oficinas para os movimentos sociais.

Mais uma vez através da teoria da Aprendizagem Significativa, mapas conceituais podem ser utilizados como subsídio e estratégia para organização dos temas voltados à educação ambiental, visando estimular a organização da aprendizagem. Cartazes com esses mapas podem ser dispostos nas paredes da biblioteca para consultas futuras. Importante ressaltar que esses mapas conceituais podem ser bem dinâmicos, com acréscimos e alterações ao longo dos materiais estudados. A contínua relação da nova informação, obtida através da leitura, deverá buscar correlações não arbitrárias com o conhecimento já estruturado pelo aluno.

Diversas são as oficinas possíveis com o assunto voltado à preservação do meio ambiente, sendo uma delas a criação de um jornal da biblioteca. A atividade consiste em que os participantes observem um jornal de circulação local, focando nas informações necessárias nele contidas, como capa, manchetes, diagramação, forma da apresentação textual. Após isso, fariam uma leitura profunda das reportagens dos jornais relacionadas com a temática “meio ambiente e sua preservação”, buscando notícias e analisando o que seria considerado essencial para compor o jornal da biblioteca, montado e distribuído aos usuários deste ambiente informal de educação. Essa atividade além de desenvolver e incentivar a leitura e o pensamento crítico colabora com a educação ambiental.

Uma segunda oficina interessante, e possível, pode ser realizada, principalmente em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Nessa atividade, os alunos fazem pesquisas sobre o tema, e na oficina, criam músicas, textos e poesias expressando a criatividade e o poder transformação educacional.

O importante é que essas atividades diferenciadas e que saem da mesmice de apenas ler textos em formatos óbvios visam a oferecer um ambiente privilegiado que favoreça a interação social dos usuários da biblioteca e sirva como um caminho possível para a melhoria na aprendizagem, voltada para uma aprendizagem com significado. Sendo o trabalho de leitura algo que contempla todas as áreas do conhecimento, envolver o usuário em atividades que ele possa inter-relacionar os mais variados aspectos e informações que o rodeia, é possibilitar um aprendizado mais abrangente, fugindo dos

limites impostos muitas vezes por ambientes formais de educação. Ressalta-se também, que mais importante que o espaço físico destinado ao trabalho de leitura, a preparação e adequação do ambiente, criando situações propícias, são determinantes no sucesso do aprendizado.

6 CONCLUSÃO

Desde a década de 1960, quando se passou a pensar mais atentamente no meio ambiente e percebê-lo como um bem global e finito do qual o próprio homem faz parte, até os dias atuais a luta para que se tenha um meio ambiente ecologicamente equilibrado continua e de forma, cada vez mais, intensa. O contexto das bibliotecas, como espaços não formais de educação, entra nessa luta como uma estratégia de mudança, educando de forma prática para que essas pessoas evoluam em seu cotidiano como cidadãos, cuidando do meio ambiente do qual são parte.

Tendo como objetivo principal discutir a contribuição do bibliotecário para a Educação Ambiental, baseada na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, foi possível mostrar sua importância como educador, levando o conhecimento teórico e ações práticas para as pessoas, com o intuito de que tenham ações ecologicamente corretas.

A disseminação da informação ambiental é muito importante para provocar mudança de comportamento. Ao trabalhar a educação ambiental na biblioteca, o bibliotecário contribuirá com a disseminação e possivelmente a formação de pensamento crítico e reflexivo em seus usuários, assim como também desempenhando sua função social que é de informar a todos.

Em virtude da literatura consultada e dos resultados da pesquisa, fica evidente o caráter educativo do bibliotecário, podendo esse papel de educador ser desempenhado de muitas formas, tais como: oficinas, horas do conto, conversas informais, jogos, convivência coletiva e, principalmente, a construção de projetos.

Para esse fim, o bibliotecário deve se desvincular do estereótipo de guardador de livros que não deveriam nem, ao menos, ser tocados sem permissão. O bibliotecário precisa, também, ir além da função de intermediação entre produtores e usuários da informação, atuando de maneira mais ativa na sociedade contemporânea. Esse processo menos técnico acaba por humanizar mais o trabalho do bibliotecário e possibilita uma

maior criatividade e um maior pensamento crítico por parte dos usuários. Esses usuários acabam utilizando fontes que, até então, não tinham conhecimento que existiam, e como a ajuda do profissional da biblioteca acabam desenvolvendo atividades e atitudes de forma eficiente. Ao bibliotecário cabe expor suas habilidades à sociedade e garantir a conquista de novos espaços, possibilitando assim a construção de uma nova imagem profissional.

Nesse contexto, é possível observar que todas essas atividades de incentivo à leitura e familiaridade com fontes de informação diferenciadas podem ser utilizadas para abordar, de forma inovadora e criativa, as questões de preservação ambientais, relacionando a Biblioteconomia com o Meio Ambiente, para que os cidadãos criem rotinas e possam desenvolver atitudes preocupadas com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. M. Avaliação formativa no contexto da Construção do mapa conceitual. **Sitientibus**, n. 36, p. 175-195. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/36/a_valiacao_formativa_no_contexto_da_construcao_d_o_mapa_conceitual.pdf. Acesso em: 8 maio 2019
- AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BICHERI, A. L. A. O.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 41-54, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106585/105180>. Acesso em: 8 maio 2019.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BRASIL. **Resolução n. 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 116, 18 jun. 2012. Seção 1, p. 70.
- CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional: função educativa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARDOSO, N. B. A contribuição do bibliotecário para a educação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 189-206, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a10v15n2.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: Formação do Sujeito Ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DUDZIAK, E. A.; GABRIEL, M. A.; VILLELA, M. C. O. Sociedade de aprendizagem e os desafios para os profissionais da informação em sua atuação educacional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., Porto Alegre, 2000.. **Anais [...]** Porto Alegre: FEBAB, 2000. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000717/>. Acesso em: 01 abr. 2009.
- FREIRE, P. **O que é método Paulo Freire**. 8. ed. São Paulo (SP): Brasiliense; 1993.
- Gohn, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.
- GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, v. 14 n. 50, p. 27-38. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189-206. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008. Acesso em: 8 maio 2019.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2001.

LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. **Educação Ambiental da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTUCCI, E. M. Sobre educação bibliotecária e perfil profissional. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 3, p. 2-3, out. 1983.

MARTINS, M. S.; CIPOLAT, S. O bibliotecário como agente socializador na disseminação da informação sobre meio ambiente: relato de experiência. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.18, n. 2, p. 179-190, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000087/029d3e9cb0183d5701af0fe780686e92>. Acesso em: 8 maio 2019.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing:** metodologia, planejamento, execução, análise. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

MUGGLER, C. C. *et al.* Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. n. 30, p. 733-740, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v30n4/14.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1990.

SILVA, J. D. O; CUNHA, J. A. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 45-58, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/mariana/Downloads/O_papel_educativo_da_biblioteca_escolar_no_context.pdf. Acesso em: 8 maio 2019.

TRILLA, J. A educação não formal. *In*: ARANTES, V. A.(org.). **Educação formal e não-formal:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-55.

VALE M., J.; COUTO, S. **Princípios Freirianos e o Sócioconstrutivismo**. São Paulo, 2003. 20p.

VIEIRA, A. S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 202-209, set. 1986.

PEREIRA, D. S. C. O ato de aprender e o sujeito que aprende. **Construção Psicopedagógica**, v. 18, n. 16, p. 112-128, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a10.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de; SOUZA, Sânia Luiz. Serviços virtuais das bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais: potencial para o oferecimento de serviços de referência virtual. **Bibliotecas Universitárias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2016.

VILLELA, Ana Paula. **O papel do tutor na educação a distância**. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2018.